

A diversidade sexual entre povos indígenas do Brasil

Sexual diversity among Brazil's indigenous people

Eriki Paiva¹

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v19i39.598>

Resumo: Este trabalho contribui com as discussões de sexualidade entre os povos indígenas. O método de pesquisa se deu por meio de entrevista com indígenas – Boe Bororo, Pankararu e Pataxó –, através de um questionário semiestruturado, com perguntas abertas para livre exposição e resposta do entrevistado. Os relatos foram gravados para uso exclusivo na construção da escrita das reflexões apresentadas neste trabalho.

Palavras-chave: sexualidade indígena; Pankararu; Pataxó; Boe Bororo.

1 INTRODUÇÃO

Meu nome é Eriki Miller Lima Luiz Paiva, pertencço ao povo Terena, nascido e residente na Terra Indígena Taunay-Ipegue. Sou formado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), *campus* do município de Aquidauana, e estudante atualmente do curso de Direito pela mesma instituição, na cidade de Campo Grande.

Durante esses anos na academia, tenho me interessado pela área da pesquisa, sempre tentando obter através da escrita o reconhecimento aos nossos saberes indígenas, que, pela lógica popular, muitas vezes não são tidos como saberes científicos. Busco trabalhar temáticas dentro de nossa cosmovisão, com a autonomia de quem passou de objeto de estudo para produtor do conhecimento. Em minhas produções, objetivo provocar nos leitores reflexões que possam descolonizar as mentes e quebrar o racismo que se manifesta por meio de estereótipos, ignorâncias e “pré-conceitos”.

Acerca do assunto sexualidade e gênero existem inúmeras lacunas a serem preenchidas no tocante às populações indígenas do Brasil. Em muitas etnias indígenas, por exemplo, a cidadania das diversas formas e manifestações sexuais

ainda é raramente debatida e é indubitavelmente errôneo atribuir aos próprios indígenas a causa desse assunto atrair tabus, em se tratando de sociedades que até pouco tempo não possuíam a informação sobre essas segregações e denominações que os não indígenas dão aos grupos de pessoas com comportamentos sexuais tidos como “diferentes”. Na própria historiografia indígena se ocultavam as questões que abordassem a sexualidade. Para os pesquisadores da época, era mais relevante considerar os aspectos culturais dos povos indígenas, um processo em que o indígena foi desconsiderado como sujeito histórico e como protagonista em suas relações, fazendo com que a história indígena ficasse “restrita ao campo laboral e religioso e negligenciando, sobretudo, a sexualidade” (GOMES; NOVAIS, 2010, p. 46).

A sociedade trata as pluralidades sexuais de forma polêmica e, dentro disso, as diversidades sexuais entre os povos indígenas como um assunto novo. Entre os próprios indígenas, muitas vezes, há a crença de que esses “novos hábitos” são frutos do contato e convívio com povos externos, de outras culturas. Porém, no Tratado Descritivo do Brasil, datado de 1587, algumas práticas sexuais diferentes dos padrões considerados normais pelos portugueses já eram relatadas entre os povos que tradicionalmente ocupavam o território brasileiro.

Segundo relatou Sousa (1587, p. 308):

São os tupinambás tão luxuriosos que não há pecado de luxúria que não cometam; os quais sendo de muito pouca idade têm conta com mulheres, e bem mulheres; porque as velhas, já desestimadas dos que são homens, granjeiam estes meninos, fazendo-lhes mimos e regalos, e ensinam-lhes a fazer o que eles não sabem, e não os deixam de dia, nem de noite. É esse gentio tão luxurioso que poucas vezes têm respeito às irmãs e tias, e porque este pecado é contra seus costumes, dormem com elas pelos matos, e alguns com suas próprias filhas; e não se contentam com uma mulher, mas têm muitas, como já fica dito pelo que morrem muitos de esfalfados. E em conversação não sabem falar senão nestas sujidades, que cometem cada hora; os quais são tão amigos da carne que se não contentam, para seguirem seus apetites, com o membro genital como a natureza formou; mas há muitos que lhes costumam por o pelo de um bicho tão peçonhento, que lho faz logo inchar, com o que têm grandes dores, mais de seis meses, que se lhe vão gastando espaço de tempo; com o que se lhes faz o seu cano tão disforme de grosso, que os não podem as mulheres esperar, nem sofrer; e não contentes estes selvagens de andarem tão encarniçados neste pecado,

naturalmente cometido, são muito afeiçoados ao pecado nefando, entre os quais se não têm por afronta; e o que se serve de macho, se tem por valente, e contam esta bestialidade por proeza; e nas suas aldeias pelo sertão há alguns que têm tenda pública a quantos os querem como mulheres públicas.

De maneira geral, a sexualidade indígena tem ganhado notoriedade dentro do movimento indígena, fato que se mostra através do espaço intitulado “LGBTQI+ Indígenas: Tire seu preconceito do meu caminho, irei passar com meu cocar”, que promoveu debate da temática durante o Acampamento Terra Livre 2020 (ATL Virtual). Isso prova que muitas lideranças e comunidades indígenas estão prontas para debater sobre o assunto, corroborando que a discriminação e o preconceito são mazelas deixadas pela colonização, cicatrizes de crenças as quais esses povos são historicamente obrigados a seguir. Na realidade não indígena, a sexualidade é algo que tem aguçado a curiosidade e começou a ganhar espaço entre os historiadores, filósofos, antropólogos e demais pesquisadores do comportamento humano.

Este estudo objetiva contribuir com os debates acerca da sexualidade indígena e suas vertentes, além de viabilizar a nós, jovens indígenas, a oportunidade de falarmos por nós próprios, demonstrando nossa autonomia e protagonismo.

2 METODOLOGIA

Três jovens indígenas, homens cisgêneros, que se relacionam afetivamente e sexualmente com pessoas do mesmo sexo, foram entrevistados por meio de um questionário semiestruturado. As etnias dos participantes foram Pankararu, Bororo e Pataxó. De maneira informal, o pesquisador iniciou o diálogo via redes sociais; após conversa prévia, eles aceitaram comentar sobre suas vidas pessoais e íntimas e colaborar com a seguinte pesquisa. Os diálogos foram arquivados em formato de áudio, com as opiniões, vivências e perspectivas dos participantes, os quais propiciaram a discussão trazida pelo presente trabalho.

3 DISCUSSÃO

As diversidades sexuais, para muitos indígenas, são ainda confusas, devido aos reflexos deixados pela catequização e colonização. A doutrinação religiosa é

um dos entraves que dificulta a quebra do tabu criado em torno desse assunto para esses grupos. Diante das práticas consideradas “pecado” pelo cristianismo, as de cunho sexual são as mais condenadas pelos adeptos dessa religião. O julgamento desses religiosos tem ultrapassado os limites físicos das igrejas, e seus fiéis, muitas vezes, têm acatado e reproduzido isso na sociedade. Existe muito fortemente entre os indígenas que se descobrem atraídos por pessoas do mesmo sexo, segundo os participantes, o medo de ser forçado a deixar cargos de liderança na comunidade, de não ser bem-aceito nos rituais sagrados da aldeia ou até mesmo de causar problemas de saúde nos avós e membros mais velhos da família. Há também, entre a juventude indígena, uma hierarquia de respeito com a comunidade, a percepção sobre o dever de obter respaldo das lideranças até mesmo em aspectos pessoais de suas vidas. Para os entrevistados, os jovens indígenas que se libertam desses parâmetros cristãos arcaicos tendem a buscar conhecer e valorizar mais os rituais e crenças religiosas tradicionais de seu povo, se comparados aos demais. Algo citado pelos entrevistados é quanto à falta de representatividade e aplicabilidade das definições do “movimento LGBT” entre indígenas. Esse processo de definição/denominação deve ser uma construção de “dentro pra fora”, não de “fora para dentro”, para ser espaço de afirmação da autonomia e protagonismo indígena e revitalização cultural: “é um processo que deve ultrapassar qualquer sigla que queiram impor”. Unanimemente, entre os entrevistados, apresenta-se a crença de que o preconceito foi “herdado” do não indígena, e que os povos indígenas, num todo, não são originalmente preconceituosos. “Não sofro preconceito pelo meu povo, sofro pelas mazelas da colonização, sofro pelos ditos cristãos e sua alienação”, conclui um dos participantes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A academia tem possibilitado ao jovem indígena uma oportunidade de se encontrar e se sentir menos solitário no processo de autodescobrimento, enquanto pessoa e sociedade. A diversidade sexual ainda é um grande tabu entre os povos tradicionais, os quais, muitas vezes, são deixados à margem e ignorados dentro dos próprios movimentos ditos de diversidade no Brasil.

Os indígenas que se descobrem atraídos por pessoas do mesmo sexo vêm se destacando no enfrentamento das forças opressoras que tentam os diminuir,

vitimar, agredir e “engolir” as suas pautas relacionadas à cidadania. Nos espaços que têm ocupado, lutam insistentemente pelos seus direitos, que, muitas vezes, são os mais simples e já foram há muito tempo garantidos às demais pessoas. O tema necessita de mais pesquisas entre os diversos povos indígenas do Brasil, para auxiliar no combate às manifestações de ódio e preconceito, além de possibilitar que o assunto seja mais debatido.

REFERÊNCIAS

GOMES, Aguinaldo Rodrigues; NOVAIS, Sandra Nara da Silva. Práticas sexuais e homossexualidade entre os indígenas brasileiros. *Caderno Espaço Feminino*, Uberlândia, MG, v. 26, n. 2, jul./dez. 2013. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/download/24666/13726/0>. Acesso em: 15 maio 2020.

SOUSA, Gabriel Soares. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1851. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=38095. Acesso em: 15 maio 2020.

Sobre o autor:

Eriki Paiva: Graduando em Direito na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), na cidade de Campo Grande; e graduado em Ciências Biológicas pela UFMS, campus do município de Aquidauana. **E-mail:** eriki_miller@hotmail.com, **Orcid:** <http://orcid.org/0000-0001-6130-2609>

Recebido em 17 de dezembro de 2019.

Aprovado em 10 de junho de 2020.

